

VERDE E PRETO: IDEIAS E EXPERIÊNCIAS ANARQUISTAS E SOCIALISTAS LIBERTÁRIAS DIANTE DAS QUESTÕES ECOLÓGICAS, AMBIENTAIS E AGRÁRIAS

Kauan Willian W. Dos Santos*

RESUMO

Esse artigo busca mostrar um balanço de ideias e experiências anarquistas diante das questões ecológica, ambientais e agrárias. Além disso, também mostra que, ao formular questões antidominações, não subjugando uma opressão à outra, o socialismo libertário e anarquistas podem apresentar os melhores métodos para pensarmos sociedades sustentáveis, ecológicas e socialistas. Nesse sentido, falaremos primeiramente das formulações de dois grandes teóricos que encabeçaram o contato do anarquismo e a ecologia - embora esse último termo não fosse utilizado - Piotr Kropotkin e Eliséé Reclus. Depois passamos para como a experiência dos anarquistas entre camponeses e indígenas fez essa ideologia estar à frente entre seus concorrentes revolucionários nos debates da importância da questão agrária numa revolução e na construção do socialismo, o que fez parte dos anarquistas verem com maus olhos o industrialismo socialista também. Após isso mostraremos alguns debates anarquistas após 1968, quando o ambientalismo e o movimento ecológico entraram à tona, assim como movimentos antiglobalização e de minorias étnicas que rebuscaram questões ambientais, agrárias e ecológicas em suas experiências. Após isso, concluímos com um balanço sobre a importância de movimentos anarquistas de centros urbanos, sindicais e movimentos sociais imbricarem uma luta que envolva tais questões.

Palavras-chave: Anarquismo; Ecologia Social; Ecologia Libertária; Lutas do Campo.

RESUMEN

Este artículo busca mostrar un equilibrio entre las ideas y experiencias anarquistas sobre temas ecológicos, ambientales y agrarios. Además, también muestra que, al formular preguntas contra la dominación, sin someter una opresión a la otra, el socialismo libertario y los anarquistas pueden presentar los mejores métodos para pensar en sociedades sostenibles, ecológicas y socialistas. En este sentido, primero hablaremos de las formulaciones de dos grandes teóricos que encabezaron el contacto del anarquismo y la ecología -aunque no se utilizó este último término- Piotr Kropotkin y Eliséé Reclus. Luego pasamos a cómo la experiencia de los anarquistas entre campesinos e indígenas colocó a esta ideología en la vanguardia de sus competidores revolucionarios en los debates sobre la importancia de la cuestión agraria en una revolución y en la construcción del socialismo, que lo convirtió en una cosa anarquista. Ver también con mal ojo al industrialismo socialista. A continuación, mostraremos algunos debates anarquistas posteriores a 1968, cuando el ambientalismo y el movimiento ecológico pasaron a primer plano, así como los movimientos antiglobalización y de minorías étnicas que exploraron temas ambientales, agrarios y ecológicos en sus experiencias. Posteriormente, concluimos con un balance sobre la importancia de los movimientos anarquistas en los centros urbanos, sindicatos y movimientos sociales para imbricar una lucha que involucre tales temas.

Palabras llave: anarquismo; Ecología social; Ecología Libertaria; Luchas de campo.

* Doutorando em História Social (USP). Professor da rede pública municipal de São Paulo (SP)

INTRODUÇÃO: ECOLOGIA E SOCIALISMO

Em 1982, o intelectual socialista Raymond Williams, famoso pelo estudo da cultura e por reformular diversas questões do marxismo contemporâneo, publicou o texto “Socialismo e Ecologia”. Para ele, citando a família socialista, “alguns de nós passaram os últimos anos refletindo sobre o socialismo ecológico”, e que, nesse sentido “estão sendo feitas tentativas para unir duas formas de pensar que são obviamente muito importantes em nosso presente; mas não é uma tarefa fácil” (WILLIAMS, 1989, p. 15). Nesse texto, Williams fez uma crítica à ideia de dominação da natureza – que estava arraigado em certo socialismo junto ao iluminismo ocidental – e também ao desenvolvimentismo das experiências do chamado “socialismo real”. Além disso, o intelectual apresenta a necessidade dos socialistas absorverem e disputarem conceitos ecológicos que eram heterodoxos ideologicamente falando, variando do liberalismo à extrema esquerda no período, buscando nas tradições apagadas dos socialistas e revolucionários uma visão diferente daquela que havia sido fracassada da União Soviética, por exemplo.

Para o pesquisador Michael Löwy, a simbiose entre o socialismo e as ideias ecologistas resultou no ecossocialismo que teve origens nas “obras de pensadores do porte de Manuel Sacristan, Raymond Williams, Rudolf Bahro e André Gorz” bem como “James O’Connor, Barry Commoner, John Bellami Foster, Joel Kovel” (Löwy, 2014, p. 44-45) e outros. Esses pesquisadores, muitos que vinham das fileiras militantes e ativistas pacifistas, antinucleares, ambientalistas e ecologistas do final de década de 1960, tentavam rebater os ideais liberais, e até anticomunistas desses movimentos, mas também fazendo uma crítica à esquerda das experiências e ideários desenvolvimentistas, industriais, predatórios e de dominação da natureza, rebuscando sincronias de ideias ecologistas em experiências e escritos marxistas como de Marx e Engels, Walter Benjamin, Rosa Luxemburgo e outros. Como experiência, Löwy traz a versão do socialismo ecológico de Chico Mendes no Brasil, que tinha uma “espécie de reforma agrária adaptada às condições da Amazônia, de inspiração socialista” (Löwy, 2014, p. 15).

Não obstante, um desses intelectuais e militantes rebuscou outra tradição para lidar com as questões

ecológicas no socialismo. Em 1976, Murray Bookchin havia escrito a obra “Toward an Ecological Society” e mais tarde, “A Ecologia da Liberdade (The Ecology of Freedom)”, em 1982. Para ele, um dos principais autores socialistas que podem contribuir para uma ecologia radical foi o anarquista Piotr Kropotkin. Para Bookchin, embora considerando ainda parte do anarquismo arraigado com um desenvolvimentismo e uma ideia de dominação da natureza próxima ao antropocentrismo, Kropotkin “dá ênfase na necessidade de uma reconciliação com a natureza, o papel da ajuda mútua na evolução natural e social, seu ódio à hierarquia e sua visão de uma nova técnica baseada da descentralização e na escala humana” (BOOKCHIN, 2015, p.4). Bookchin busca na história da humanidade traços e versões anti-hierárquicas que podem contribuir para uma visão de uma sociedade ecológica e igualitária entre humanos e entre esses e a natureza, já que, para ele, essas dominações, e a própria noção de hierarquia, se alimentam, não sendo possível destruir uma sem a outra.

Mas Bookchin também não reconheceu, assim como outros socialistas, que além da teoria de Kropotkin, o chamado socialismo

libertário, que havia ascendido na Primeira Internacional dos Trabalhadores, e que até a Primeira Guerra Mundial foi “o elemento dominante na esquerda radical autoconsciente internacionalista” (ANDERSON, 2014, p. 20), teve muitas contribuições para a ecologia socialista ou social. Como o sociólogo Benedict Anderson sustenta o anarquismo “não desprezou os camponeses nem os trabalhadores agrícolas” e “igualmente hostil ao imperialismo, não sustentava preconceito teóricos contra nacionalismos “menores” (ANDERSON, 2014, p. 20). Anarquistas também criticaram fortemente, desde sempre, visões marxistas de progresso via industrialização na própria AIT, assim como o centralismo desenvolvimentista das experiências socialistas nacionais.

Arraigado, portanto, ao internacionalismo, à questão agrária, às lutas de libertação nacional no sul global e a uma visão anti-domações que incluía não só humanos, muitas vezes anarquistas puderam apresentar uma visão que seria vista como sustentável e ecológica. Esse artigo busca mostrar algumas dessas ideias e experiências e um breve balanço do anarquismo diante da questão ecológica, que é

imprescindível para uma esquerda atual que quer ultrapassar visões predatórias e antropocêntricas. Além disso, também mostra que, ao formular questões antidominações, não subjugando uma opressão à outra, o socialismo libertário e anarquista podem apresentar os melhores métodos para pensarmos sociedades sustentáveis, ecológicas e socialistas. Nesse sentido, falaremos primeiramente das formulações de dois grandes teóricos que encabeçaram o contato do anarquismo e a ecologia – embora esse último termo não fosse utilizado – Piotr Kropotkin e Eliséé Reclus. Depois, passamos para como a experiência dos anarquistas entre camponeses e indígenas fez essa ideologia estar à frente entre seus concorrentes revolucionários nos debates da importância da questão agrária numa revolução e na construção do socialismo, o que fez parte dos anarquistas verem com maus olhos o industrialismo socialista também. Após isso, mostraremos alguns debates anarquistas após 1968, quando o ambientalismo e o movimento ecológico entraram à tona, assim como movimentos antiglobalização e de minorias étnicas que rebuscaram questões ambientais, agrárias e ecológicas em suas experiências. Após

isso, concluímos com um balanço sobre a importância de movimentos anarquistas de centros urbanos, sindicais e movimentos sociais imbricarem uma luta que envolva tais questões.

NATUREZA, ANIMAIS E A QUESTÃO AGRÁRIA NAS PRIMEIRAS ONDAS DO ANARQUISMO

Embora levado por uma consideração de que a organização social humana era imprescindível para o desenvolvimento social, para o pesquisador Felipe Corrêa, o russo Mikhail Bakunin, um dos principais formuladores do anarquismo, tinha como formulação da análise da realidade o “materialismo científico-naturalista”. Esse método considerava a sociedade como um alongamento da natureza analisando “toda a escala dos seres reais, conhecidos e desconhecidos, desde os corpos orgânicos mais simples até a constituição e o funcionamento do cérebro do maior gênio” (CORRÊA, 2019, p.334). Para Corrêa, a teoria bakuninista seria uma brecha para os libertários romperem “com as tradições filosóficas antropocêntricas” (CORRÊA, 2019, p.335), já que a sociedade humana deve buscar “a

diversidade na unidade” e a libertação tanto si quanto da natureza e dos seres que os cercam.

Um pensador cânone do anarquismo, o geógrafo Piotr Kropotkin, também negava a contraposição antropocêntrica do ser humano contra ou exterior à natureza. Na sua obra, “Ajuda Mútua: um fator de evolução”, publicada em 1902, Kropotkin rejeita as hipóteses darwinistas de que a competição levaria à evolução, afirmando que foi o apoio entre diversas espécies que contribuiu para sobrevivência e do equilíbrio da natureza. Dessa forma, Kropotkin, além das questões de ciência biológica, também única às ciências sociais com as naturais, usa esse argumento para rebater a ideia de que a competição do livre mercado era necessária. Ele também pontuava a própria questão da dominação de classe e também entre espécies, já que “a solidariedade entre os seres vivos não era um apelo societário, mas o instinto que contribuía para que todos os seres vivos evoluíssem e gerassem descendentes” (PAULA, 2017, p. 12). Dessa forma, o anarquismo teria que buscar um equilíbrio entre a natureza e a sociedade, já que estas não estavam separadas, sendo assim a forma comuna descentralizada que integra o trabalho com a terra, seria imprescindível para

esse desenvolvimento histórico que, para ele, “uma sociedade livre, reentrando na posse da herança comum, deverá buscar no livre agrupamento e na livre federação dos grupos uma organização nova” (KROPOTKIN, 2011, p. 37).

Outro geógrafo das fileiras anarquistas, o francês Éliase Reclus, hoje conhecido e rebuscado como um dos expoentes da geografia social, elaborou inúmeras considerações sobre a natureza e a sociedade. Para o autor José Maria Ferreira, o anarquista foi um dos precursores de uma ecologia libertária já que, na teoria que ele sistematizou,

O progresso civilizatório da espécie humana implica um equilíbrio ecossistêmico com todas as espécies animais e vegetais. Esse equilíbrio passa pela domesticação e a aprendizagem com todas as espécies animais e vegetais, não as olhando nem as entendendo como espécies externas à espécie humana, mas internas aos desígnios de emancipação social (FERREIRA, 2006, p. 113).

Reclus, que teve uma experiência revolucionária intensa, participando da Primeira Internacional dos Trabalhadores e da Comuna de Paris, assim como prisões e um exílio na Nova Caledônia (Melanésia), assim como científica, visitando a América do Sul e observando sociedades originárias, de fato, considerava um certo nível de dominação da natureza para o desenvolvimento da tecnologia, mas que essa deveria ser usada de forma a

melhorar a vida do ser humano em consonância com a da natureza. Nesse sentido elaborou uma geografia que considerava “a cooperação, a solidariedade, a liberdade e o amor, a ser desenvolvido pelos indivíduos e os povos em escala universal” (FERREIRA, 2006, p. 113) e que o Estado, o capital e a dominação religiosa ou de classes, o colonialismo, assim como a divisão de fronteiras artificiais seria um entrave a esse desenvolvimento. É muito interessante também que, ao elaborar o conceito de “a Grande Família”, onde todos os seres estavam interligados e, nós mais próximos dos animais, Élisée Reclus era adepto do vegetarianismo. Longe de ser algo apenas individual, ele refletia que o capitalismo industrial havia afastado os homens dos demais animais, potencializando sua objetificação e coisificação, sendo que “nossos hábitos carnívoros, que as espécies de animais sacrificadas ao apetite humano tenham sido sistemática e metodicamente desfiguradas, diminuídas, desvalorizadas em sua inteligência e seu valor moral” (RECLUS, 2010, p.7). Esse argumento é o mesmo do movimento por libertação animal décadas depois, mostrando a relevância e atualidade do pensamento desse e outros libertários

diante das questões ecológicas e ambientais.

Não obstante, o socialismo libertário, longe de ter se desenvolvido apenas em figuras intelectuais, e, como a historiografia e ciência política atuais o entendem como uma doutrina e forma de ação com “um significativo impacto na classe trabalhadora, sendo esta entendida de maneira ampla e incluindo trabalhadores assalariados sem controle de seu próprio trabalho, suas famílias e desempregados” (VAN DER WALT, 2018, p. 119-120), devemos analisá-lo a partir de sua prática e como se construiu com as contradições e necessidades reais de trabalhadores e oprimidos ao redor do globo. Nesse sentido, o pesquisador Felipe Corrêa, ao apontar a primeira onda do anarquismo, como sua fase de gênese (1868-1894), e a segunda onda, a principal e mais influente (1895-1923) que cobre as revoluções do México, na Rússia e na Ucrânia, deixa evidente o caráter, ainda mais nesse segundo período, da presença anarquista entre camponeses e trabalhadores rurais (CORRÊA, 2015, p. 282-283). É fato, não obstante, que “a influência anarquista entre os camponeses foi modesta, se comparada com sua influência entre a classe trabalhadora moderna” havendo, em expressão

política considerável, apenas “na Ásia (Coreia/Manchúria), na Europa (Ucrânia e Espanha) e na América Latina (México)” (VAN DER WALT, 2018, p. 121).

Mesmo assim, muitos anarquistas e libertários tentaram construir uma luta comum com a classe campesina primeiro que seus outros concorrentes revolucionários, como os socialistas estatistas no período. Essa tentativa de inserção e mediação trouxe debates que, muitas vezes, deixaram legados históricos para os povos do campo, a luta de terras e, como consequência, uma luta ecológica, não só para o anarquismo, mas para o socialismo, a luta de classes e a luta anticolonial.

A primeira deles que podemos analisar é a influência de ideias e práticas libertárias e anarquistas na Revolução Mexicana, iniciada em 1910. No início do século XX, tais pensamentos e ações começaram a penetrar no caldo reivindicativo que era contrário à ditadura de Porfírio Díaz. Em 1900, Henrique e Jesús Flores Mágón publicam o periódico *Regeneración*, primeiramente de caráter reivindicativo heterodoxo mas logo se aproximando dos conceitos de ação direta, próximos

do anarquismo. A influência do periódico construiu o Partido Liberal Mexicana (PLM), uma organização política de caráter libertário e aglutinador de forças sociais no combate contra o governo ditatorial. No programa dessa organização era defendida a abolição da pena de morte para o ensino básico obrigatório até os 14 anos, a criação de um salário mínimo, e outras pautas que eram comuns às petições que o movimento operário global construía. Não obstante, o PLM e o *Regeneración* também defendiam e colocavam em evidência a expropriação e a coletivização dos latifúndios e terras não cultivadas (MALDONADO, 2015, p. 49-50). Tanto na região de influência do PLM, a Baja Califórnia, quanto no centro, com o grupo anarquista Lucha e Casa Del Obrero, e também no Sul, em Morelos, onde Emiliano Zapata construiu uma síntese entre a luta indígena local e ideias libertárias, a questão da luta camponesa e da terra se transformou em um dos pilares desse processo revolucionário. Zapata, com um exército que chegou a ter 70 mil combatentes, colocava no seu plano de Ayala que

Em virtude do fato de que a imensa maioria de *pueblos* e cidadãos são donos somente da terra sob o seu corpo, sofrendo os horrores da pobreza sem conseguir melhorar a condição social em qualquer maneira ou se dedicam à Indústria ou

Agricultura, pois as terras, madeira e água são monopolizadas em poucas mãos, por isso, será expropriado um terço desses monopólios dos seus donos, com indenização prévia, para que os *pueblos* e cidadãos possam obter *ejidos*, colônias e fundações para os *pueblos*, ou os campos para plantar e trabalhar, e para a prosperidade e melhora do bem-estar de todos os mexicanos (“Ayla Plan” in: WOMACK, 1968, p. 400).

A constatação de que a defesa da terra estava em consonância com o bem-estar dos precarizados, para o pesquisador Sergio Maldonado, só pode ter sido desenvolvida devido às propostas dos irmãos Mágons, que, por sua vez, rebuscaram conceitos de Kropotkin e Bakunin para a defesa de terra, pensamentos que foram adaptados também a partir da necessidade e experiência da defesa das terras indígenas e camponeses no México (MALDONADO, 2015). Uma experiência desenvolvida por meio da defesa da posse de terra pelos produtores e em consonância com a questão agrária e indígena nacionais, também fez com que os irmãos Mágons “defendessem uma forma de anarquismo que se baseava na criação de comunidades locais e autossustentáveis” (MALDONADO, 2015, p.51). Nesse sentido, não se tratava apenas de uma apropriação de terras para o uso e extração desenfreada, e nem usar o território para uma devastação e conseqüentemente industrialização, o

que marcava certa visão etapista do socialismo europeu do período, mas

há imensas extensões virgens que o pobre com seus robustos braços pode lavrar e dar vida para toda a sua família. [...] A luta fratricida deve ser por o aperfeiçoamento geral e nunca por sustentar o poder a um homem. [...] Lutemos, mais lutemos por algo mais nobre, lutemos para dar para nossos filhos, Terra e Liberdade! (REGERACIÓN, 16/12/1911, p. 2).

Essa visão e tradição de revolução marcaram uma longa duração na luta de terras e pela reforma agrária tanto no México, mas global, que se estendeu na luta de indígenas e camponeses peruanos, na Colômbia, no Brasil, em Cuba e em outros países latino-americanos no século XX e XXI, o que torna a influência libertária nessa questão digna de nota.

Outro processo revolucionário interessante, na mesma década, se deu na Ucrânia com as forças revolucionárias camponesas que lá construíram estratégias e horizontes com outras especificidades em relação à Revolução Russa. Em 1918, o território foi cedido, junto com outros, ao governo imperial alemão, por meio do Tratado de Brest-Litovsky. Ao contrário do processo russo, a maioria camponesa, que era a esmagadora maioria da Ucrânia, tinha mais influência do processo organizativo dos soviets e bem menos do Partido Comunista. Sendo assim, logo no mesmo ano, o Movimento Revolucionário de

Camponeses da Ucrânia se constituiu a partir da tomada e socialização de terra de volta aos trabalhadores e contra o Império Alemão. No sul, em particular da região de Guliaipolé, guiados pelo camponês anarquista Nestor Makhno, criaram o “movimento makhnovista”, a partir de uma estratégia que combinava o anarquismo organizacionista, a tradição camponesa e táticas de guerrilha. Para o pesquisador Felipe Corrêa, “constituiu um movimento de camponeses pobres e operários que se autodirigiram tanto na defesa dos ataques de inimigos quanto no avanço para a conquista e libertação de regiões amplas”, sendo assim, “as forças makhnovistas encabeçaram um processo revolucionário de larga escala com resultados notáveis” (CORRÊA, 2014, p. 3).

O mais interessante para nós nesse caso foi a socialização autogestionária de terras que acontecia quando o exército makhnovista libertava um território. Piotr Arshinov aponta que:

A liberdade dos camponeses e dos operários, diziam os makhnovistas, pertence a eles próprios e não pode sofrer nenhuma restrição. É a eles mesmos que compete agir, construir, organizar-se como entenderem em todos os domínios da sua vida. Quanto aos makhnovistas, só podem ajudá-los com um ou outro conselho ou opinião e pôr à sua disposição as forças intelectuais e militares necessárias, mas não querem em nenhum caso prescrever seja o que for (ARSHINOV, 1976, p.163).

Ao ajudar a conquista dos territórios aos camponeses e trabalhadores, o aspecto de liberdade de posse, organização e método social e político deveriam ser construídos voluntariamente por aquela comunidade, o que faz ponte com a discussão contemporânea sobre autonomia e soberania de povos originários diante de suas terras, uma das bases das lutas ecológicas hoje em dia. O panfleto makhnovista se mostrava como um “movimento revolucionário espontâneo e autônomo que se apóia nas massas laboriosas e aspira a estabelecer a liberdade e o bem-estar social e econômico de todos” (MAKHNO, 2001, p.83).

ECOLOGIA SOCIAL, COMUNITARISMO, AÇÃO DIRETA E INDIGENISMO NO ANARQUISMO CONTEMPORÂNEO

Com a queda do muro de Berlim, setores progressistas buscaram formas alternativas ao modelo soviético e estalinista que dava ênfase à economia e à disputa nacional contra os Estados Unidos. Estudos sobre as opressões que envolviam sexualidades, gêneros, etnias, meio ambiente, animais e outras

tomaram conta de movimentos, atos, grupos e teorias (SANTOS, 2020, p. 40). Grande parte da esquerda clássica também se aproximava ao debate sobre o ambientalismo, ao se interessar sobre os danos dos testes nucleares e ao estudarem sobre o aquecimento global. Mas nisso, enquanto parte da esquerda aderiu a um socialismo crítico de suas experiências construindo uma ecologia radical, parte da esquerda, ou pós esquerda, por vezes repetiu um anticomunismo ou antisocialismo tentando romper com os espectros políticos e, até mesmo, abandonando a luta de classes.

Nesse contexto, o militante e escritor Murray Bookchin, que havia passado das fileiras trotskistas para o anarquismo, criticava organizações rígidas centradas no eurocentrismo e no economicismo, mas também polemizava com parte tais grupos que se envolviam em atos individuais e isolados, achando que iriam mudar parte da realidade. Um desses, Hakim Bey, em 1985 (na Inglaterra), sob o título “Zona Autônoma Temporária (TAZ)”, abandonava a revolução e propunha a “participação imaginativa em outras culturas”, “abandono da pureza ideológica”, adesão ao “antitrabalho”, “pornografia e entretenimento como veículos de uma

re-educação, criação de uma música “nova e insana”, necessidade de um “anarquismo místico e democratização do xamanismo”, “glorificação literal dos sentidos”, abandono do “esquerdismo” e adesão ao “terrorismo poético” e por fim, uma “cartografia da autonomia” como mostra o historiador Rafael Viana da Silva (2018). Bookchin o criticava durante afirmando que “os objetivos sociais e revolucionários do anarquismo vêm sofrendo um amplo desgaste, a ponto de a palavra anarquia estar se tornando parte do elegante vocabulário burguês do século XXI desobediente, rebelde [...] mas [...] inofensivo.” (BOOKCHIN, 2011, p. 48).

De fato, Bey, ao criticar o mundo industrial e o trabalho e projetando sociedades isoladas teve respaldo de ambientalistas que pensavam o mundo próximo da natureza. Não obstante, Bookchin havia lançado a obra “Ecologia da Liberdade”, onde colocava a ecologia dentro de estratégias geridas em organizações sociais e revolucionárias, propondo o que chamava de ecologia social. Para Bookchin, a estratégia do sindicalismo estaria se definindo com o mundo pós industrialização, portanto, propunha “o municipalismo libertário”, ou comunalismo, a organização por local de

moradia e território, próximo do anarquismo camponês que analisamos. Para ele, o Estado Nacional e sua forma de exclusão da sociedade em tomadas de decisões “não envolviam só seres humanos, mas espécies de todos os tipos do planeta, por isso propunha “a supremacia da assembléia [que] é particularmente importante no período de transição de uma sociedade administrativamente centralizada para uma sociedade descentralizada.” Para ele, “a democracia libertária só é concebível em assembléias populares, em todos os níveis”, aí sim seria possível “compartilhamos a esfera da vida juntos, com todos os demais seres vivos, e com eles buscamos aplicar um sistema de relações que nos faça partícipes do ecossistema” (BOOKCHIN, 2010, p. 43;173).

Bookchin pensava numa sociedade que a autogestão não era só entre pessoas, mas integrada às necessidades da natureza, sem hierarquia entre essas esferas, o que ele pensava que era a origem das dominações. Essas ideias foram adaptadas por Abdullah Öcalan e os militantes da Revolução Curda no norte da Síria. Essa revolução, marcada como uma das mais importantes do socialismo do século XXI, considera muito importante a relação dos homens e

mulheres com outros animais e outras espécies e a vivência harmônica e equilibrada entre o ser humano e o meio ambiente, considerando as dominações de gênero e raça intrínsecas e isso (DIRIK; GRAEBER; COMITÊ DERESISTÊNCIA CURDA, 2015).

Não podemos deixar de lado também inúmeros grupos ambientalistas e ecologistas que, a partir de década de 1970, praticavam atentados e ações diretas contra corporações ou expunham os horrores das indústrias ao envenenarem rios e destruírem solos. Embora não fossem anarquistas, as ações autonomistas e anônimas se aproximavam de práticas libertárias que se assemelhavam a vários anarquistas do século XIX. Nesse sentido, libertários e praticantes da ação direta também começaram a tomar os movimentos em defesa de animais a partir de uma ótica radical e antissistêmica. Um dos mais famosos destes, o Band Of Mercy, na Inglaterra, iniciou ataques a empresas de peles, depredação de abatedouros, propaganda sobre a crueldade animal em testes e alimentação. Ronnie Lee e Cliff Goodman, da Band of Mercy, foram identificados e presos por um atentado a um centro de pesquisa de vivissecção. Quando saíram da prisão, muitos ativistas haviam aderido às suas táticas e,

assim, resolveram fundar uma célula mundial com diversos focos chamada Animal Liberation Front, em 1976 (SANTOS, 2020, p. 42). Seu símbolo, um “A” lembrava o de anarquistas e seu manifesto era claramente anticapitalista e adepto da ação direta autogerida.

Desde 1980, o movimento da contracultura e do punk aderiam aos temas ambientalistas, ecológicos e animalistas, às vezes misturando tradições individualistas e pós-estruturalistas, seja por meio da música, propaganda oral e escrita, vestuário e costumes, com posturas mais orgânicas e militantes em torno de uma ecologia social em ocupações e disputa em lutas de terras. No fanzine Coletivo Cancrocítrico, de atuação em Brasília, do fim da década de 1980, o pesquisador Marco Milani, revela a intensa e periódica preocupação de punks e anarcopunks diante do ambientalismo e da ecologia:

No nº 4, de outubro de 1988, foi transcrito um pequeno texto do jornal Folha de Londrina, cujas citações aparecem com frequência no Cancrocítrico. Intitulado “Sem comemoração” 200, o texto afirma que a efeméride do “Dia da Amazônia” é uma comemoração vazia, uma vez que a floresta vinha sendo devastada e “seus mais antigos habitantes: Índios” eram vítimas de um genocídio. No número seguinte, um texto denuncia a caça e o desmatamento descontrolado na Amazônia e no Pantanal, produzidos pelo afã pelo progresso e como resultado da “inconsciência” 201. A motivação fútil do desmatamento é assim expressa: “um dos [animais] mais procurados pelos caçadores é o

jacaré, este que é cruelmente morto, somente para aproveitar seu couro, para embelezar a burguesia internacional (MILANI, 2015, p.103).

Além da propaganda apoiando a luta indígena no período diante de uma nova Constituinte, os fanzines também traziam a questão da morte de animais, revelando sua ligação com interesses burgueses.

Com a explosão de atos antiglobalização, iniciadas em Seattle, nos EUA, Em 1999, diante da terceira conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC), depois dos encontros em Singapura e Gênova, movimentos autonomistas e de ação direta se juntaram a feministas, ambientalistas, trabalhistas e étnicos, exigiram políticas econômicas menos excludentes e contra a precarização de vida, além da não desvalorização dos direitos trabalhistas, ressaltando também novas formas de política não personalistas (LUDD, 2003). Nesse meio, a tática Black Bloc, construída por anarquistas ainda em 1980 na Alemanha e na Holanda, mas também usada por grupos diversos, ganhou relevância. Além de tentarem re-inserir uma radicalidade revolucionária que setores mais legalistas da esquerda rejeitaram, os aderentes dessa tática tentavam mostrar que isso uniria do que dividiria as pessoas. Nesse bojo, grupos ambientalistas e ecológicos, começaram

a se radicalizar investindo na ação direta e ligando o tema do neoliberalismo como uma ameaça não só às pessoas, mas a um novo colonialismo e extrativismo que ameaça vários ecossistemas. A ameaça da privatização de água e aos pequenos produtores rurais também fez com que os protestantes achassem como essencial à luta ambiental anexada a um anticapitalismo.

Isso também esteve em diversas lutas indígenas e de minorias étnicas nesse período, sendo um bom exemplo, inclusive para a tradição libertária, q Revolução Zapatista, na região de Chiapas no México. Na década de 1980 os indígenas, empobrecidos e com falta de saneamento básico e outras condições precárias na região, além de ameaçados por latifundiários e pelo Estado, começaram a formar o Exército Zapatista de Libertação Nacional, de inspiração de Emílio Zapata, mas também em torno de práticas guerrilheiras contra as Ditaduras na América Latina, de inspiração marxista, como o Guevarismo (ARELLANO, 2012, p.37). Camponeses e outros trabalhadores, além de militantes e ativistas socialistas e anarquistas se juntaram às suas fileiras e um sincretismo entre essa luta e tradições políticas de esquerda se construiu. A

aparição oficial desse organismo se deu em 1994 na data de entrega de vigor do NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), portando diante de tratados econômicos do processo de hegemonia do capitalismo.

Como no zapatismo original, os residentes de Chiapas buscam formas de organização que se integrem com a natureza e sejam autossustentáveis com a terra – uma tradição da cultura indígena da região que acredita que a posse de terra tem ligação com as tradições de antepassados que estão ali – em sincretismo com saberes contemporâneos de agroecologia e sustentabilidade. Seus caracóis, formas de organização horizontais da sociedade, que se dividem em prestação de contas, cumprimento das deliberações das assembleias e revogação dos mandatos, também tentam ser autogestionários com a terra. Para o pesquisador Davi Matias Marra Demuner,

além da questão sobre a democracia, outros pontos podem ser elencados sobre como o zapatismo desafia a “cultura capitalista”, por exemplo, a ecologia. A ideia de preservação do meio-ambiente na prática zapatista, isto é, a relação entre o sujeito e a terra, a natureza não como um objeto externo a ser dominado, mas sim como parte integrante do desenvolvimento social vai além do que o ambientalismo corporativo pode aceitar (DEMUNER, 2017, p.81).

Para os zapatistas, a luta contra o capitalismo e contra as opressões passa pela defesa e uso responsável da terra, já que os meios opressores que oprimem diversos grupos têm relação com a destruição da natureza. No seu comunicado do dia primeiro de janeiro de 2021, o Ejército Zapatista de Liberación Nacional, afirmava que é necessário

Fazer nossas as dores da terra: a violência contra as mulheres; a perseguição e desprezo às diferenças em sua identidade afetiva, emocional, sexual; o aniquilamento da infância; o genocídio contra os povos originários; o racismo; o militarismo; a exploração; a espoliação; a destruição da natureza. O entendimento de que é um sistema o responsável destas dores. O verdugo é um sistema explorador, patriarcal, piramidal, racista, ladrão e criminoso: o capitalismo. [...] O compromisso de lutar, em todas as partes e por todas as horas – cada qual em seu terreno –, contra este sistema até destruí-lo por completo. A sobrevivência da humanidade depende da destruição do capitalismo. Não nos rendemos, não estamos à venda e não cederemos. A certeza de que a luta pela humanidade é mundial. Assim como a destruição em curso não reconhece fronteiras, nacionalidades, bandeiras, línguas, culturas, raças; assim a luta pela humanidade é em todas as partes, todo o tempo (EZLN, 2021).

O EZLN invoca ainda a necessidade de integração da classe trabalhadora com os povos do campo e a defesa global de todos os ecossistemas, num internacionalismo que abrange não só seres humanos, mas o próprio meio ambiente e a natureza.

A URGÊNCIA DE UM SOCIALISMO LIBERTÁRIO ECOLÓGICO E A IMBRICAÇÃO COM AS LUTAS SINDICALISTAS, SOCIALISTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS ATUAIS

A pesquisadora Léa Guimarães Souki, em um estudo recente sobre o movimento libertário de Barcelona, na Espanha, revela os esforços de alguns militantes e ativistas em ligar tradições anarquistas clássicas, como a ainda existente Confederación Nacional del Trabajo (CNT) ou a Confederación General del Trabajo (CGT), com ocupações e ações na região inspiradas pela ecologia social ou pelo veganismo (SOUKI, 2018), uma reformulação que integraria a capacidade de inserção social que tem os sindicatos com as ações ecológicas, necessárias em uma sociedade onde a ameaça ao planeta parece bem mais palpável, ainda mais com as crescentes pandemias.

Se essa exposição da trajetória do anarquismo e de frações libertárias diante das questões ecológicas, ambientais e agrárias teve como intuito mostrar que temos tradições muito sólidas que combatiam a destruição da natureza e de ecossistemas, legitimando-nos nos debates de socialistas e

revolucionários hoje, também temos o mesmo esforço de mostrar a urgência da integração de lutas anarquistas, sindicalistas revolucionárias, autonomistas e libertárias – que se encontra muito mais nas cidades e ainda tem o antropocentrismo como centro de suas visões – com uma luta que leve em consideração tais questões dentro da nossa família política.

Como mostramos, não é uma questão apenas de recorte pontual, a questão agrária, indígena e os danos ambientais pelo colonialismo e, hoje, pelo neoliberalismo, são pontos essenciais que devem fazer parte de teorias e práticas antidominações e na composição de projetos e ações autogestionárias, dualismo que marca a construção do anarquismo. A luta de libertários, portanto, deve pensar como a bandeira preta e verde se encontram, numa revolução social que integre as esferas trabalhistas, sindicais e comunitárias da cidade e do campo. A luta contra as catástrofes de grandes empresas e as campanhas de solidariedade, como a de Brumadinho, das queimadas do Pantanal e do próprio COVID-19, mostraram um caminho nesse sentido, mas muito tímido ainda em nível de relação organizacional e de redes sólidas entre a cidade e o campo, e

entre estratégias e teorias que abarquem essa totalidade. Um caminho a se construir, mas que só será possível uma igualdade e liberdade plenas quando todos, homens, mulheres, animais, natureza, e todos que nos cercam, sejam livres.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict (2014), *Sob três bandeiras: anarquismo e imaginação anticolonial*. São Paulo, Unicamp.

ARELLANO (2012), *Alejandro Buenostro e as raízes do fenômeno Chiapas: o “Já Basta” da resistência zapatista*. São Paulo: Alfarrabio Editorial.

ARSHINOV, Piotr (1976), *História do Movimento Macknovista: a insurreição dos camponeses da Ucrânia*. Lisboa: Assírio & Alvim.

BOOKCHIN, Murray (2011). *Anarquismo crítica e autocrítica*. São Paulo: Editora Hedra.

BOOKCHIN, Murray (2010). *Ecologia Social e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Achiamé.

BOOKCHIN, Murray (2015), *The ecology of freedom. California*, Ak Press.

CORRÊA, Felipe (2014). *A prática revolucionária da Makhnovitchina (1918-1921)*. ITHA – Instituto de Teoria e História Anarquista, p.1-21.

CORRÊA, Felipe (2015). *Bandeira negra: discutindo o anarquismo*. Curitiba, Prismas.

- CORRÊA, Felipe (2019). “*Unidade real de pensamento e ação*”: teoria política e trajetória de Mikhail Bakunin. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- DEMUNER, Davi Matias (2017). *A internacionalização do movimento zapatista: a presença da solidariedade da classe internacional em Chiapas*. Estudos Internacionais, ISSN 2317-773X, Belo Horizonte, número 2, p.73-89.
- DE PAULA, Amir El Hakim (2017). *Piotr Kropotkin e o apoio mútuo: a solidariedade enquanto substrato fundamental da natureza e da sociedade*. Élisée - Revista De Geografia Da UEG, ISSN 2316-4360, Goiás, número 2, p.9-26.
- DIRIK, Dillar; GRAEBER, David; Comitê de Resistência Curda (2015). *A Revolução Ignorada: Liberação da Mulher, democracia direta e pluralismo radical no Oriente Médio*. São Paulo: Autonomia Literária.
- EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL (2021). *Primeira parte... uma declaração pela vida*. In: enlacezapatista.ezln.org. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2021/01/01/primeira-parte-uma-declaracao-pela-vida/>. Acesso em 15 de janeiro de 2021.
- FERREIRA, José Maria Carvalho (2006). *Élisée reclus: vida e obra de um apaixonado da natureza e da anarquia*. Verve, ISSN 1676-9090, São Paulo, p.109-134.
- KROPOTKIN, Piotr (2011), *A conquista do pão*. São Paulo, Achiamé.
- LÖWY, Michael (2014), *O que é o ecossocialismo?*. São Paulo, Cortez.
- LUDD, Ned (2003). *Urgência das Ruas - Black Block, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global*. São Paulo: Conrad Editora.
- MAKHNO, Nestor (2001), *Nestor Makhno e a revolução social na Ucrânia*. São Paulo: Imaginário.
- MALDONADO, Sergio (2015). *Ricardo Flores Magón and the Transnational Anarchists in Los Angeles, 1900-1922*. Perspectives, número 2, Califórnia, p.49-70.
- MILANI, Marco (2015). *Uma leitura vertiginosa: os fanzines punks no Brasil e o discurso de união e conscientização (1981-1995)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de São Paulo, Assis – SP.
- RECLUS, Élisée (2010). *A anarquista e os animais*. São Paulo, Ateneu Diego Giménez.
- REGERACIÓN (1911). “*Terra Y Libertad*”, archivomagon.net/.
- SANTOS, Kauan Willian dos (2020). *Anarquismo e Antiespecismo: Ação direta e Ecologia Social nos bastidores do resgate dos cães beagles em São Paulo em 2013*. IN: MOTA, Ana; SANTOS, Kauan Willian dos (Orgs). *Libertação Animal, Libertação Humana: Veganismo, Política e Conexões no Brasil*. Minas Gerais: Editora Garcia, pp.29-48.
- SILVA, Rafael Viana da (2018). *A miséria do apoliticismo e as raízes de esquerda do anarquismo*. ITHA – Instituto de Teoria e História Anarquista, p.1-13.

SOUKI, Léa Guimarães (2018). *Barcelona: a persistência de uma cultura libertária. Projeto História*, ISSN 2176-2767, volume 63, p.240-278.

VAN DER WALT, Lucien (2018). Fora das Sombras: a base de massas, a composição de classe e a influência popular do anarquismo e do sindicalismo. IN: FERREIRA, Andrey Cordeiro Ferreira (ed.). *Pensamento e Práticas Insurgentes: Anarquismo e*

Autonomias nos Levantes e Resistências do Capitalismo no Século XXI; Niterói; Alternativa Editora, pp. 119-158.

WILLIAMS, Raymond (1989), *Resources of hope: culture, democracy, socialism*. Londres, Verso Books.

WOMACK, John (1968). *Zapata and the Mexican Revolution*. New York, Vintage Books.